RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO os termos da **Portaria nº 1.379/2011, de 24.05.2011**, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora **CRISTIANE ROMANO TAVARES**, Analista Judiciário I, lotada na 6ª Vara Criminal, **30 (trinta)** dias de férias regulamentares, referentes o exercício de 2011, no período de **01 a 30.06.2011**, deixando resguardas para serem usufruídas em data oportuna.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 2 de dezembro de 2011.

Dr. **JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO**
Secretário-Geral de Justiça

P O R T A R I A Nº 3.921/2011-DVEXPED-TJ/AM

JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO, Secretário-Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,

USANDO de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº **2.720/10**, de **16.09.2010**, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Poder, e

CONSIDERANDO os termos do laudo médico de fls. 04, exarado nos autos do processo administrativo nº **2011/025651**,

R E S O L V E

CONCEDER ao servidor **EVERALDO JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA JÚNIOR**, Analista Judiciário II, lotado na Central de Mandados deste Poder, **30 (trinta) dias** de licença para tratamento de saúde, de acordo com o laudo da Junta Médica deste Tribunal, a partir de **14.11.11 a 13.12.2011**.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 2 de dezembro de 2011.

JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO
Secretário-Geral de Justiça

P O R T A R I A Nº 3.922/2011-DVEXPED-TJ/AM

O Doutor **JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO**, Secretário-Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,

USANDO de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº **2.720/10**, de **16.09.2010**, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Poder, e

CONSIDERANDO a informação prestada pela Divisão de Pessoal deste Poder de fls. 04, exarada nos autos do processo administrativo n.º **2011/025040**,

RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO os termos da **Portaria nº 3.609/2011, de 08.11.2011**, que concedeu férias regulamentares ao servidor **RONALDO GOMES PEREIRA**, Assistente Judiciário, lotada na 12ª Vara do Juizado Especial Cível, **30 (trinta)** dias de férias regulamentares, referentes o exercício de 2011, no período de **21/11/2011 a 20.12.2011**, deixando resguardas para serem usufruídas em data oportuna.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 2 de dezembro de 2011.

Dr. **JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO**
Secretário-Geral de Justiça

P O R T A R I A Nº 3.938/2011

JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO, Secretário-Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,

USANDO de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº **2.720/10**, de **16.09.2010**, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Poder, e

CONSIDERANDO a informação prestada pela Divisão de Pessoal, de fls. 05e06, exarada nos autos do processo administrativo nº **2011/025073**,

R E S O L V E

CONCEDER à senhora **FLÁVIA DE JESUS AZEDO** Escrevente Juramentada deste Poder, lotada na Secretaria das Câmaras Reunidas, **05 (cinco)** dias de licença especial, referente ao quinquênio de **1995/2000**, no período de **05 a 09/12/2011**.

Anote-se. Comunique-se. Publique-se.

Secretaria Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 05 de dezembro de 2011.

JUSCELINO KUBITSCHEK DE ARAÚJO
Secretário-Geral de Justiça

DESPACHOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2011/002852**

Requerente: C P GUIMARÃES

Assunto: Aquisição de material de consumo para uso interno da Central de Transportes.

DECISÃO

01. Em despacho/ofício de fls. 33/35, determinei a intimação da empresa C P GUIMARÃES, CNPJ n.º 01715821/0001-77, consoante estipula o §2.º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, com o posterior encaminhamento dos autos à Assessoria Administrativa Jurídica da Presidência para análise.

02. Certidão de fl. 58 explicita que não houve qualquer manifestação da empresa.

03. Em parecer de fls. 59/64, a Assessoria Administrativa Jurídica da Presidência opinou pela aplicação da penalidade de suspensão de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração, temporariamente, pelo prazo de 6 (seis) meses, à empresa C P GUIMARÃES, CNPJ n.º 01715821/0001-77, com fulcro no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993, tendo em conta o descumprimento total do contrato, decorrente da falta de entrega dos materiais adquiridos por este Tribunal.

04. É o relato sucinto.

05. *Ab initio*, verifico que esta Corte de Justiça contratou a empresa C P GUIMARÃES, por dispensa de licitação, com espeque no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/1993, para fornecer materiais para manutenção de veículos, em atendimento ao pedido emanado da Central de Transportes.

06. Todavia, a referida empresa, em que pese ter recebido a nota de empenho n.º 2011NE00065 (fls. 26/29), **não procedeu à entrega dos materiais solicitados** (Informação n.º 25/2011 – DVPM/STALMO acostada à fl. 52).